

Edição Especial

# Segurança Social



Publicação do Instituto Nacional de Previdência Social - Julho 2008

## INPS Comemora pela 2ª vez Dia Nacional de SEGURANÇA SOCIAL



Assinatura de Acordo de Cooperação  
entre o INPS e ISS



Palestra "Segurança Social:  
Novas Políticas no Mundo Globalizado  
- PROTECÇÃO SOCIAL PARA TODOS"

PROTEGENDO HOJE E SEMPRE



# SUMÁRIO

Editorial .....	3
Julho mês de reflexão .....	4
Encontro com a Comunicação Social marca o arranque do programa Comemorativo de 2007 .....	5
Presidente da República visita as instalações da INPS .....	6
Assinatura de Acordo de Cooperação entre o INPS e ISS .....	7
Encontro com o Ministro da Saúde .....	8, 9
Acordo Administrativo para aplicação da Convenção da Segurança Social celebrada entre Portugal e Cabo Verde .....	10
Primeiro-Ministro visita instalações do INPS em São Vicente .....	11
Notícias .....	12, 13
Palestras .....	14 a 17

## FICHA TÉCNICA

### **Propriedade** INPS

(Sede): Praia - Avenida Amílcar Cabral nº 65, C. P. 372 - Tel. 260 91 00 - Fax 261 32 66  
S. Vicente: C. P. 393 - Tel. 230 36 00 - Fax: 232 12 77 \* Sal: C. P. 101 - Tel. 241 12 86 - Fax 241 17 72

**Edição**  
Directel Cabo Verde  
DEOI - Direcção de Estudos Organização e Inovação / INPS

**Tiragem**  
1000 Exemplares - Distribuição Gratuita

**Impressão**  
Tipografia Santos, Lda.



Dr. António Pereira Neves  
*Presidente do Conselho de Administração*

**J**ulho de cada ano tem sido um mês de reflexão e debate em torno da problemática da segurança social desde que o governo decidiu, através do Decreto-Lei nº 31/2006 de 24 de Julho, institucionalizar o dia 15 de Julho como o Dia Nacional da Segurança Social. Este ano não foi diferente: várias iniciativas e actividades tiveram lugar para assinalar, com dignidade e merecido relevo, a importância da segurança social como factor de crescimento e como mecanismo de construção de uma sociedade mais justa, coesa e inclusiva do ponto de vista social e humano.

Este número da Revista pretende dar-lhe conta, caro leitor, dos eventos realizados no âmbito das comemorações de 2007. Foi cumprido, com brilho e participação interessada de diversos segmentos da sociedade, um vasto programa que procurou – e conseguiu! – trazer a temática da segurança para o top da agenda do país. Foi notório que a sociedade está cada vez mais desperta para os problemas da segurança social e cada vez mais consciente do seu papel como instrumento de luta contra as desigualdades e inequidades sociais numa sociedade em rápido crescimento e modernização.

Alguns desses eventos merecem uma nota aqui. Desde logo a palestra proferida na Praia e em Mindelo pelo Dr. Edmundo Martinho, Presidente do Instituto da Segurança Social de Portugal sobre “Segurança Social: Novas Políticas no Mundo Globalizado – Protecção Social para Todos” pela profundidade da abordagem e pela excelente síntese dos desafios que a segurança social para todos, mais justa, eficaz e sustentável encerra.

Devemos também destacar nesta apresentação as visitas do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro Ministro às instalações do Instituto, onde procuraram inteirar-se dos avanços conseguidos e conhecer os projectos para o futuro. Tais visitas foram importantes por sinalizarem a importância e destaque crescentes que as autoridades concedem ao sector e ao seu desenvolvimento num país que quer ser cada vez mais justo e desenvolvido.

Esta edição da Revista é uma homenagem de reconhecimento e agradecimento a todos quantos colaboraram e participaram nas comemorações, dando o melhor de si para o sucesso alcançado. Mas é também a memória viva de que a segurança social ficou mais conhecida, mais prestigiada e mais forte no contexto da construção do nosso futuro colectivo.



# JULHO mês de reflexão

15 de Julho foi institucionalizado, pelo Governo, através do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 25 de Julho, como o **Dia Nacional da Segurança Social**. Desde então, o INPS vem comemorando a data com todo o enaltecimento e circunstância que a ocasião merece. Assim, Julho ficou marcado como o mês de reflexão e debate sobre questões da Segurança Social e os desafios que se lhes colocam, no momento em que a sustentabilidade é tema da actualidade.

## Retrospectiva do que foram as comemorações de 2007



Reflexões



Acordos



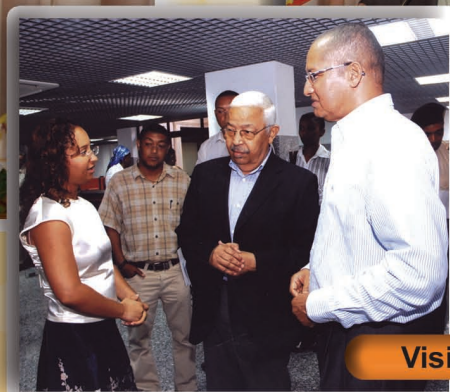
Encontros



Palestras



Debates



Visitas

# Encontro com a comunicação social marcou o arranque do programa comemorativo de 2007

**A**s comemorações do Dia Nacional da Segurança Social tiveram início no dia 28 de Junho de 2007, num encontro com os profissionais de Comunicação Social. O objectivo era apresentar as principais actividades da efeméride, o Relatório de Contas de 2006, bem como lançar a nova imagem institucional do INPS.

A construção de uma Segurança Social eficiente e sustentável é o garante do processo de desenvolvimento económico e social de qualquer país. Ciente desta premissa, Cabo Verde iniciou, há décadas, o percurso que veria desembocar na criação do Instituto Nacional da Previdência Social, em 1991, na sequência da cisão operada a nível do então Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS).

Desde então, para acompanhar a dinâmica do desenvolvimento nacional, o Instituto tem passado por várias etapas, quer a nível de âmbito de cobertura pessoal e material, quer a nível de estrutura e funcionamento.

Com o objectivo de chamar a atenção da sociedade, em geral, e a cada um de nós, em particular, para a importância deste sector, o Governo institucionalizou, no ano passado, através do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 24 de Julho, o Dia Nacional da Segurança Social.

Importa realçar que o dia 15 de Julho de 1978 figurou um marco importante, em matéria da Segurança Social em Cabo Verde, pois o primeiro acto formal do governo sobre o assunto, o qual versa sobre a “Tabela Nacional de Incapacidade”, aconteceu nesta data.

Este ano, o INPS comemorou o acontecimento, pela segunda vez, com a granjeada importância e relevância que a matéria de Segurança Social tem merecido em Cabo Verde e no mundo. Assim, o encontro com a comunicação social marcou o arranque do programa comemorativo de 2007. Na oportunidade o INPS abriu as portas a esses profissionais para mostrar as suas instalações e o seu funcionamento, além dos resultados obtidos.

Os números apresentados são animadores. De cerca de 52 mil segurados inscritos em 2005, passou para 63 mil em 2006. As contribuições aumentaram de 3.145,2 mil contos

em 2005 para 3.362,4 mil contos em 2006, um crescimento de 15,9%. As prestações sociais evoluíram de 1.746,4 mil contos em 2005 para 2.051,6 mil contos em 2006.

De entre as actividades realizadas em 2006, destacam-se o novo acordo de prestações de serviços com o Ministério da Saúde, a integração no sistema dos agentes e funcionários da administração pública, um dos maiores desafios do Instituto, e a entrada em funcionamento de um novo espaço de atendimento na Praia, mais funcional e acolhedor.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Neves, em declaração à imprensa, afirmou que o INPS tem conseguido resultados e progressos significativos. Para António Neves, se o Instituto continuar com esta dinâmica e empenhamento e se continuar a tomar as medidas que devem ser tomadas, ainda que sejam custosas dos diferentes pontos de vista, assegura que teremos uma Segurança Social mais justa e mais capaz de responder às necessidades das pessoas.

Uma situação que o INPS terá que vencer é o tal desafio do equilíbrio financeiro, já que as contribuições vêm aumentando de ano para ano, mas os custos da saúde têm aumentado num ritmo superior. De resto, não se trata de um problema apenas do INPS. É Também um problema da sociedade e do país e, como tal, todos a começar pelo governo, devem empenhar-se e comprometer-se na sua solução.

A apresentação da nova Imagem Institucional do INPS foi outro ponto que distinguiu aquele encontro. Com a aprovação do Projecto Padronização e Uniformidade da Identidade Visual do INPS, o processo de comunicação do Instituto passa a ter referências e conteúdos claros em relação à sua identidade visual.

O objectivo fundamental deste projecto é estabelecer critérios relacionados com a utilização do “logo” e as cores institucionais, procurando garantir a integridade e uniformidade da identidade visual do INPS, conferindo-lhe uma imagem de Instituição moderna, dinâmica e consciente do caminho que deve percorrer para enfrentar e ganhar os desafios que tem pela frente.



# Presidente da República visita as instalações do INPS

No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Segurança Social, Sua Excelência o Presidente da República visitou, no dia 06 de Julho, uma Instituição moderna, preparada para atender os utentes com conforto e dignidade.

Os avanços são evidentes, mas o problema que se coloca ao INPS, hoje, tem a ver com a sustentabilidade do sistema.

Ao usar da palavra, Pedro Pires fez diversas considerações sobre a importância da Segurança Social e os desafios que se colocam a Cabo Verde, no momento em que a reforma do sistema é o assunto da actualidade. Assegurou que a questão da Previdência Social é uma discussão de dimensão mundial e que, portanto, não se trata de um desafio exclusivamente nosso.

Gasta-se muito dinheiro em prestações relacionadas com saúde e pensões. Entre Janeiro e Junho de 2007, por exemplo, o INPS pagou 35,3 mil contos só em tratamento dentário e próteses, isto, sem falar nas evacuações e outros serviços. As despesas relacionadas com pensões são também significativas. Em 2006 pagou-se mais de 733 mil contos em pensões.

Segundo o Chefe de Estado, as instituições de Previdência Social foram criadas num dado contexto histórico e hoje as sociedades são diferentes. "É preciso ter em conta um elemento importante, que interfere na vida destas instituições, que é o aumento da esperança de vida. Daí a necessidade permanente de estar a equilibrar a esperança de vida com o tempo de trabalho e a idade de reforma", acrescentou Pedro Pires.

Em Cabo Verde, a pensão de reforma, por exemplo, situa-se num valor médio correspondente



a 77% do último salário auferido, enquanto que em vários países europeus, paga-se, em média, apenas 55%. Assim, pode-se dizer que o sistema cabo-verdiano de Previdência Social é muito generoso, o que, a permanecer, coloca, a prazo, em risco a sua sustentabilidade.

Para Pedro Pires, "é crucial a questão do equilíbrio financeiro dessas instituições: equilíbrio entre as receitas e as despesas, mas sobretudo entre hoje e amanhã, porque é uma questão de herança. Que herança nós iremos deixar àqueles que vêm depois de nós? Vamos deixar uma instituição falida ou vamos deixar uma instituição sólida? Temos de responder a essa questão. É o jogo entre o presente e o futuro. Todos nós estaremos de acordo que devemos investir qualquer coisa, agora, a favor das gerações futuras."

Por outro lado, segundo Pedro Pires, um outro elemento importante que interfere nesta questão é a chamada solidariedade inter-classes, ou o equilíbrio social e a coesão na

sociedade. Sem esses elementos teremos uma situação de instabilidade e de insegurança. É fundamental que a sociedade esteja equilibrada e coesa do ponto de vista social, e a Previdência Social é peça essencial neste sentido.

Pedro Pires chamou a atenção para a fragilidade do país e, também, para a limitação de recursos do Estado e de instituições públicas, de modo que é necessário procurar sempre o equilíbrio e melhoria de gestão. Esta melhoria de gestão não deve passar meramente pelo fornecimento de mais serviços, mas sim pelo equilíbrio daquilo que estamos em condições de dar e aquilo que as pessoas esperam.

No final da sua visita, o Presidente da República parabenizou e agradeceu o esforço e o trabalho que vem sendo realizado, tendo encorajado o pessoal e a Administração do INPS a fazerem mais e melhor para o desenvolvimento e a consolidação da previdência social em Cabo Verde.



# Assinatura de Acordo de Cooperação entre o INPS e ISS

**M**ais um passo foi dado no âmbito do programa de comemorações do Dia Nacional da Segurança Social, com a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Previdência Social e o Instituto de Segurança Social de Portugal, num evento presidido por Sua Excelência o Ministro do Trabalho Família e Solidariedade, Dr. Sidónio Lima Monteiro, realizado na cidade da Praia, a 12 de Julho.

Este Protocolo vem responder a duas preocupações do Instituto: por um lado, a preocupação ligada à melhoria da gestão dos processos e das contas subjacentes à Convenção de Segurança Social existente entre Cabo Verde e Portugal e, por outro, a preocupação do Instituto com a melhoria da capacidade de resposta em matéria de qualificação e formação de quadros, designadamente, em matéria de Fiscalização.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração do INPS, Dr. António Pereira Neves, o propósito do Instituto é de continuar a investir na capacitação e na qualificação dos recursos humanos, para que se possa fazer cada vez mais e melhor Segurança Social no país, e para que o INPS possa proteger hoje e sempre a população cabo-verdiana.

O protocolo não vem resolver todos os problemas do Instituto nessas duas áreas, mas acredita-se que há espaço para maior desenvolvimento no futuro. Até ao final do ano, vão ser realizadas, no quadro deste protocolo, algumas acções de formação, o que vem dar concretização àquilo que está previsto no protocolo.



De acordo com o Presidente do Instituto de Segurança Social de Portugal, Dr. Edmundo Martinho, é muito significativa a assinatura desse acordo de cooperação. O acordo é sinónimo da disponibilidade permanente e total de Portugal para partilhar com Cabo Verde aquilo que tem sido as suas experiências, pois Portugal e Cabo Verde estão sintonizados num processo de grandes transformações no sector de segurança social.

Ao se referir à Fiscalização, uma das áreas concretas do protocolo acabado de ser assinado, Dr. Edmundo Martinho, durante a sua intervenção defendeu que a Fiscalização tem sido uma das áreas mais críticas e importantes para a Segurança Social. "Temos vindo a dar mais relevo e a atribuir maior relevância, no que diz respeito ao cumprimento dos objectivos que temos para a Segurança Social em

Portugal. Portanto, deste ponto de vista, estamos num momento de crescimento e de apuramento dos nossos próprios métodos e da forma como trabalhamos. Também por essa razão, eu penso que podemos, convosco, aprender também mais como fazer melhor fiscalização sempre com o mesmo objectivo."

O Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Dr. Sidónio Monteiro, ao fazer o encerramento da cerimónia, manifestou a sua satisfação em presenciar o acto, fruto do bom relacionamento e da amizade existente entre os dois governos, e encorajou os dois Institutos a largarem e aprofundarem as áreas de colaboração e cooperação dando conteúdo e concretização à Segurança Social para todos - objectivo comum dos governos de Portugal e Cabo Verde.

# Encontro com o

**D**ando continuidade ao programa comemorativo do dia 15 de Julho, decorreu, no dia 19 de Julho, na sala da Biblioteca Nacional, na cidade de Praia, o encontro entre os responsáveis do INPS e os dirigentes e técnicos das estruturas nacionais e locais de saúde. O encontro teve como objectivo principal estabelecer o ponto de situação do acordo de Prestação de Serviços entre o Ministério da Saúde e o INPS, além de analisar e estabelecer as modalidades de, no âmbito da protecção social a cargo do INPS.

O INPS e o Ministério da Saúde têm uma história em comum que os condena a trabalhar de mãos dadas. Ao longo de anos assinaram alguns acordos de colaboração. A primeira data de 1992 e a segunda sucedeu em 2006. 15 anos depois, várias contas e análises são produzidos e o resultado convida a sérias reflexões.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Pereira Neves, ao abrir a sessão acentuou as preocupações do Instituto face aos desafios e constrangimentos com que são confrontadas as duas instituições, na procura de respostas adequadas e atempadas aos utentes do sistema.

Durante a sua intervenção, António Neves afirmou que, só em 2006 os cuidados de saúde prestados aos beneficiários ultrapassaram 1 milhão de contos. “Precisamos saber se esses valores estão a ser bem gastos. Se os cuidados que, hoje, o INPS presta correspondem aos objectivos de políticas de saúde, definidos pelo Ministério da Saúde, e se são aquilo que devemos

fazer para assegurar, com eficácia e de forma sustentada, a saúde dos beneficiários desses cuidados”, defendeu o Presidente do Conselho de Administração.

O Ministro de Estado e da Saúde,

//

**A melhoria das condições de trabalho, na sua generalidade, a adequação dos meios à nova realidade, o controlo sistemático dos evacuados no exterior, bem como o reforço dos meios humanos e materiais nas estruturas periféricas, são mais valias concretas no quadro da nova estratégia nacional de saúde, conforme destacou o Ministro de Estado e da Saúde**

//

Dr. Basílio Ramos, na sua alocução de abertura, destacou os ganhos adquiridos com a implementação do acordo, as melhorias operadas na organização das respostas e os investimentos estruturantes em matéria do programa nacional de saúde.

A melhoria das condições de trabalho, na sua generalidade, a adequação dos meios à nova realidade, o controlo sistemático dos evacuados no exterior, bem como o reforço dos meios humanos e materiais nas estruturas periféricas, são mais valias concretas no quadro da nova estratégia nacional de saúde, conforme destacou o Ministro de Estado e da Saúde.

O Ministro da Saúde avançou, ainda, que o Estado disponibiliza apenas 8% do seu orçamento ao seu Ministério e que a Saúde em Cabo Verde se encontra, hoje, numa encruzilhada. Depois, pôs o dedo na ferida: “Não podemos perder de vista que, em Cabo Verde, temos ainda cerca de 40%, no mínimo, da população que não tem cobertura social. E essa gente também tem direito a ter acesso aos cuidados de saúde aqui em Cabo Verde. Portanto, a solução é colectiva, mas sem perdermos de vista os direitos de cada um.

Cada Segurado forma os seus direitos e, como tal, tem direito a ter a necessária cobertura. Sem perdermos de vista ..., é preciso colocar sobre a mesa, também, a questão da solidariedade nacional, quando se trata da cobertura daqueles que estão fora do sistema.”

Basílio Ramos convidou os técnicos a reflectirem sobre os custos dos cuidados da saúde em Cabo Verde e terminou a sua intervenção questionando sobre a actual estrutura de repartição de gastos. O Ministro da Saúde quer saber se ela é a mais correcta e se melhor responde aos problemas de saúde. A pergunta para já ficou no ar para ser analisada naquele encontro.



# Ministério da Saúde

## No final do encontro, saíram as seguintes constatações

- Um ano após a vigência do actual contrato de prestação de serviço entre o INPS e o Ministério da Saúde, podemos considerar que, embora persistam constrangimentos, o balanço, de uma forma geral, é positivo.
- Considerando o aumento do volume de solicitações, nomeadamente o número de segurados, beneficiários e utentes da Administração Pública, pode dizer-se que as estruturas vêm melhorando a sua capacidade de resposta, nomeadamente, pela redução do tempo de espera e pela programação das deslocações das equipas médicas, com destaque para a área de Barlavento.
- Contudo, verificam-se ainda constrangimentos, particularmente motivados pelas dificuldades de comunicação que ainda não permitiram a desejada fluidez do acordo, entre as diversas estruturas locais de saúde e a sua administração central.
- A falta de condições objectivas em certas estruturas de saúde tem contribuído para obstaculizar o normal desenvolvimento da capacidade de materialização prática do acordo.
- Considera-se, ainda, que certas dessas dificuldades subsistem devido aos desencontros dos operadores, face às orientações emanadas dos centros de decisão, o que se pensa, com o tempo, irá sendo progressivamente superado.
- A Assembleia foi unânime em considerar esta reunião muito oportuna, embora tivesse sido desejável que se realizasse mais cedo (um ano antes).
- A Assembleia recomenda a procura consensual de critérios mais consentâneos com a realidade nacional, de modo a maximizar os proveitos da calendarização das deslocações programadas dos especialistas às estruturas descentralizadas.
- A Assembleia reconhece os grandes ganhos conseguidos com a abertura do bloco cirúrgico no Sal, o que aliado a uma boa calendarização das deslocações das equipas médicas especializadas, irá contribuir para melhorar a capacidade de resposta face às necessidades da ilha, com a consequente redução do volume de evacuações.
- A Assembleia considerou ainda a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de resposta à marcação e realização das chamadas “segundas consultas” e exames auxiliares de diagnóstico, bem como das apresentações após o período de convalescença pós-operatório, incluindo a comunicação com os serviços que administram essas marcações a nível dos Hospitais.
- Considera ainda a necessidade de melhorar a comunicação entre os serviços de marcação de consultas nos hospitais centrais e as estruturas do INPS, de modo a evitar que ausências repentinas de especialistas perturbem o curso normal das evacuações.
- Reconhece a necessidade do recurso a acordos de parceria “publico-privadas”, lá onde os constrangimentos motivados por circunstâncias naturais obstaculizam a realização atempada de respostas públicas às necessidades de saúde dos utentes (Fogo e Brava).
- O INPS manifesta a sua disponibilidade para apoiar na criação de condições, nos casos em que ainda se verificam maiores dificuldades de materialização prática do acordo.
- A Assembleia considera que a programação das deslocações dos especialistas à periferia deve respeitar o quadro institucional já definido pelo acordo.
- Os participantes no encontro congratulam-se pela forma como o mesmo decorreu e consideram-no oportuno, não só pelo nível das matérias abordadas como pelos resultados conseguidos.
- Manifestaram ainda o interesse em que esse tipo de encontros se repita com alguma periodicidade, dada a oportunidade que constituem para o intercâmbio de informações e para uma melhor coordenação e sistematização dos procedimentos, bem como da sua evolução.
- Recomendam às estruturas do INPS e às do Ministério da Saúde o maior empenho no sentido de maximizar todos os ganhos e oportunidades que se oferecem para melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos.



## Acordo Administrativo para aplicação da Convenção da Segurança Social celebrada entre Portugal e Cabo Verde

O novo Acordo Administrativo para aplicação da Convenção da Segurança Social celebrada entre Portugal e Cabo Verde foi assinado no dia 25 de Julho, pelo Presidente do INPS, Dr. António Neves, e a Embaixadora de Portugal, acreditada em Cabo Verde, Dra. Graça Guimarães, numa cerimónia presidida por Sua Excelência o Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Dr. Sidónio Lima Monteiro.

O Acordo estabelece as modalidades práticas de execução da Convenção de Segurança Social entre Portugal e Cabo Verde, garantindo a sua plena aplicabilidade. A sua importância advém do facto de rever os instrumentos e os mecanismos que concretizarão a protecção social aos cidadãos, de ambos os países, abrangidos

pela Convenção. Em particular, o Acordo irá permitir uma melhor protecção dos cabo-verdianos residentes que trabalharam em Portugal e que se reformaram pelo Sistema de Segurança Social Português.

Recorde-se que a Convenção garante a protecção social contínua e adequada dos nacionais dos dois países que exerçam a actividade profissional no território do outro país.

Ao usar da palavra no acto, o Dr. António Neves, Presidente do INPS, manifestou a sua satisfação por se chegar ao fim de um longo processo negocial, iniciado pela Comissão Mista luso cabo-verdiana, realizada na Praia, em Outubro de 2002.

Segundo a Embaixadora de Portugal, Dra. Graça Guimarães, Portugal e Cabo Verde têm um longo percurso de cooperação profícua

no domínio da Segurança Social, inserido na estratégia mais vasta do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza. A Convenção bilateral sobre a Segurança Social e o respectivo Acordo Administrativo alargam a cooperação à protecção social dos cidadãos e dos trabalhadores de ambos os países.

O Ministro do Trabalho Família e Solidariedade, Dr. Sidónio Monteiro, que presidiu ao acto, destacou os avanços em matéria de protecção social alcançados em Cabo Verde e fez saber que o Governo está a dar passos no sentido de assinar um acordo semelhante com outros países europeus e africanos, no âmbito da política do governo de alargar a cobertura social a todos os cabo-verdianos, residentes ou na diáspora.



# Primeiro-Ministro visita instalações do INPS em São Vicente

O Senhor Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves, visitou as instalações do INPS no dia 16 de Julho, para conhecer e se inteirar do funcionamento dos serviços do Instituto em S. Vicente. Na ocasião, o Chefe do Governo, que se encontrava acompanhado do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, Dr. Sidónio Monteiro, aproveitou para fazer a entrega simbólica dos novos cartões a segurados e pensionistas daquela ilha.

O Primeiro Ministro percorreu demoradamente os diferentes departamentos, tendo recebido dos responsáveis explicações sobre o funcionamento, a missão e as tarefas de cada estrutura.

Após a visita guiada às instalações, o Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Pereira Neves, apresentou ao Senhor Primeiro Ministro e delegação a evolução recente da actividade desenvolvida pelo Instituto e os desafios que enfrenta. Aspectos como o crescimento dos beneficiários e contribuintes, a expansão das contribuições arrecadadas, a tendência para o crescimento das despesas com o ramo da saúde, a evolução acelerada das prestações diferidas (pensões) e o incremento das dívidas de contribuições mereceram destaque na exposição feita pelo Presidente do Conselho de Administração, que se mostrou optimista quanto ao futuro desde que, como

acentuou, se prossiga a reforma em curso para assegurar a sustentabilidade social e financeira e garantir a perenidade da previdência social.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, Dra. Isaura Gomes, presente no acto, considerou a apresentação muito útil e informativa e aproveitou para convidar o Presidente do Conselho de Administração para fazer a mesma exposição às forças vivas do

balizado – A Protecção Social para todos”. Recorde-se que a mesma Palestra tinha sido realizada na Praia dia 12 de Julho.

No fecho da cerimónia, o Senhor Primeiro Ministro usou da palavra para fazer um pequeno balanço da política do governo em matéria de segurança social. Destacou as medidas tomadas no âmbito do regime não contributivo, como o aumento das pensões sociais e a

criação do Centro Nacional de Pensões, tendo sustentado que elas são essenciais para o reforço da coesão social, o combate à exclusão e a luta contra a pobreza. O Primeiro Ministro distinguiu seguidamente o papel do INPS na gestão e administração do regime contributivo, tendo defendido que a reforma em curso deverá combinar e conciliar uma protecção social justa, eficiente e eficaz com a sustentabilidade social e finan-



ceira das prestações contributivas a médio e longo prazo. No final da sua intervenção, o Primeiro Ministro, num gesto de homenagem e de reconhecimento pelo trabalho que vem desenvolvendo, anunciou que o governo atribuirá a Medalha de Mérito ao Instituto, o que, sem dúvida, constitui um estímulo para que os trabalhadores do INPS continuem a trabalhar com mais força e empenhamento na melhoria do serviço que o Instituto presta à sociedade e no fortalecimento da segurança social cabo-verdiana.

No período da tarde, o Senhor Primeiro Ministro presidiu à Palestra proferida pelo Dr. Edmundo Martinho, Presidente do Instituto da Segurança Social de Portugal, sobre o tema “Segurança Social: Novas Políticas num Mundo Glo-

balizado – A Protecção Social para todos”. Recorde-se que a mesma Palestra tinha sido realizada na Praia dia 12 de Julho.

## VI Encontro de Quadros/2007

O Encontro de Quadros e Representantes das estruturas desconcentradas do INPS é um evento que, de uns tempos para cá, faz parte do Plano de Actividades do Instituto, revelando-se, cada vez mais, um espaço de particular importância para reflexão sobre a problemática da protecção social, em geral, e do funcionamento da Instituição, em particular.

Em 2007, o encontro teve como objectivo principal apresentar e discutir a proposta do novo modelo das Representações Concelhias e fazer o diagnóstico do funcionamento da Instituição.

Pretende-se com o novo modelo das Representações Concelhias apresentado e discutido durante o encontro, conferir maior dinamismo ao desempenho desses serviços, integrando-os no processo de melhoria da qualidade das prestações disponibilizadas aos utentes do Sistema.

As representações são hoje chamadas a um trabalho articulado com os serviços de saúde descentralizados para uma prestação de cuidados de saúde mais eficiente e de forma a prevenir abusos e combater a fraude. Por outro lado, as representações devem estar mais atentas e produzir mais resultados em matéria de enquadramento de contribuintes, filiação de segurados e arrecadação de contribuições.

Ficou claro que neste novo contexto deverão ser proporcionados mais recursos técnicos e organizacionais às representações, a começar por um enquadramento e orientação no quadro do funcionamento e gestão do Instituto mais consentânea com os novos desafios e propósitos do INPS.

## Projectos SIC do INPS

O INPS objectivando reforçar o papel do Sistema de Informação como instrumento de gestão estratégica e, tendo em vista, maior celeridade e eficiência nos serviços prestados, prevê para o ano de 2008, a materialização de um conjunto de actividades neste domínio.

O arranque das actividades está previsto para Fevereiro deste ano, e cobrirá todos os domínios da Tecnologia de Informação e Comunicação do Instituto, designadamente:

- Criação de DataCenter nos três mais importantes pontos do INPS (Praia, Mindelo e Espargos);
- Substituição das Infra-estruturas físicas existentes (Servidores, Postos de Trabalhos e redes informáticas);
- Migração das plataformas lógicas (Sistemas Operativos e Aplicativos) para as mais recentes;
- Interligação com a rede do estado, um dos grandes objectivos, facilitando assim o cruzamento com segurança de informações e melhorando naturalmente a qualidade de informação geridas no Instituto e
- Formação dos técnicos.

A concretização desse projecto dotará o Instituto de um suporte tecnológico robusto e criará um novo paradigma de relação com os utentes em matéria de utilização dos serviços.





## Novas Regras de Estomatologia

**A**s Novas Regras de Assistência Estomatológica e Colocação de Próteses Dentárias no âmbito da previdência social começaram a vigorar a partir de 1 de Dezembro.

Essas novas regras foram amplamente discutidas com os profissionais do sector, através de um processo alargado e participado de consulta realizada na Praia e no Mindelo. O novo Regulamento constitui, assim, o consenso possível destinado a referenciar e regular o triângulo de relações entre o INPS, os prestadores e os beneficiários destes cuidados no quadro do regime de previdência social instituído no país.

As Novas Regras pretendem

responder a dois imperativos essenciais: por um lado, assegurar que os cuidados estomatológicos e a colocação de próteses dentárias são prestados com elevado nível de qualidade e com respeito pelo orçamento e respectivo plano de tratamentos previamente preparados e autorizados e, por outro lado, confirmar os serviços prestados e a repartição dos custos associados conforme determinada na Tabela de Comparticipação, aprovada pela Portaria nº 34/2006 de 18 de Dezembro.

Neste contexto, o novo Regulamento prevê mecanismos adequados e inovadores, incluindo a perícia de orçamentos e de serviços prestados, e novos procedimentos de facturação, conferindo-se ao processo com maior rigor, trans-

parência e celeridade.

A prática irá determinar a eficácia das medidas agora adoptadas. Contudo, o INPS não deixará de propor ao Governo medidas complementares de administração e gestão de assistência estomatológica no âmbito do rebalanceamento de benefícios da previdência social no quadro da construção de uma segurança social dinâmica, mais justa e mais eficaz em termos de cobertura dos riscos sociais.

Em 2006, o INPS pagou 50.798 contos por cuidados estomatológicos prestados aos seus segurados e beneficiários. Até Setembro deste ano, as mesmas despesas tinham alcançado 44.703 contos, mais 38,8% que o valor homólogo registado em 2006.

## INPS doa máquina fotocopiadora ao liceu de Achada Grande

**O** Instituto Nacional de Previdência Social, no âmbito da política de responsabilidade social, doou uma máquina fotocopiadora à Direcção da Escola Secundária de Achada Grande, no passado 03 de Março. Este equipamento, orçado em 379.500\$00 (trezentos e setenta e nove mil e quinhentos escudos cabo-verdianos), contribuirá para melhorar e auxiliar nos trabalhos pedagógicos da escola, em benefício dos alunos.

A doação faz parte de um plano de apoio aos estabelecimentos de ensino inseridos nas comunidades mais desfavorecidas. O objectivo é criar uma relação de confiança e solidificar o relacionamento com os líderes locais e a sociedade em geral. A Escola Secundária de Achada Grande, situada numa região com



grandes carências, funciona em regime de internato e acolhe alunos residentes em alguns dos bairros

mais pobres da capital, nomeadamente Além Ferreira, Castelon, Coqueiro, São Tomé e São Francisco.

## Segurança Social: Novas Políticas no Mundo

Um dos momentos mais altos das comemorações do Dia Nacional da Segurança Social foi a palestra “Segurança Social: Novas Políticas num Mundo Globalizado – Protecção Social para todos”, proferida pelo Presidente do Instituto de Segurança Social, IP. de Portugal, Dr. Edmundo Martinho, na Praia e no Mindelo, a 12 e 16 de Julho, respectivamente.

O tema está hoje na agenda de todos os países, o que revela a importância que a Segurança Social tem para o desenvolvimento económico e social e para a coesão social. Nesta óptica, a palestra visou alertar a sociedade cabo-verdiana para os problemas e desafios que se colocam ao sistema de Segurança Social em Cabo Verde.

Com o auditório do Grupo BCA de Chã de Areia lotado de personalidades e profissionais das diferentes áreas de intervenção social, deixou-nos um conjunto de ideias e pistas para melhor reflectirmos a questão Segurança Social em Cabo Verde.

### “Globalização

A globalização não pode ser entendida de forma restrita, centrada exclusivamente numa perspectiva de natureza financeira. Se considerarmos apenas esta perspectiva, estaremos, seguramente, a contribuir para que a globalização seja mais um factor adicional de desigualdade e de exclusão social.

O fenómeno globalização deve ser entendido de uma forma mais ampla no sentido em que procura responder às aspirações dos povos e das comunidades, consagrando os seus direitos, proporcionando uma maior qualidade de vida e um melhor acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e colectivo.

Uma reflexão sobre globalização implica a abordagem de 3 aspectos essenciais:

### 1º. Organismos públicos e colectivos organizados

Que novas políticas dos organismos públicos e dos colectivos organizados exige a globalização?

Esta dimensão tem que atender não apenas à dimensão individual de cada um dos cidadãos, mas também à vertente social na área do emprego, da saúde e da educação, áreas às quais se associam os direitos sociais.

É preciso entender que este movimento de quase destruição total das fronteiras em certos domínios é capaz de acrescentar capacidades e qualificações a cada um de nós, no domínio do emprego, da saúde e do acesso a uma educação livre e universal para todos os cidadãos.

### 2º. Comunidades locais

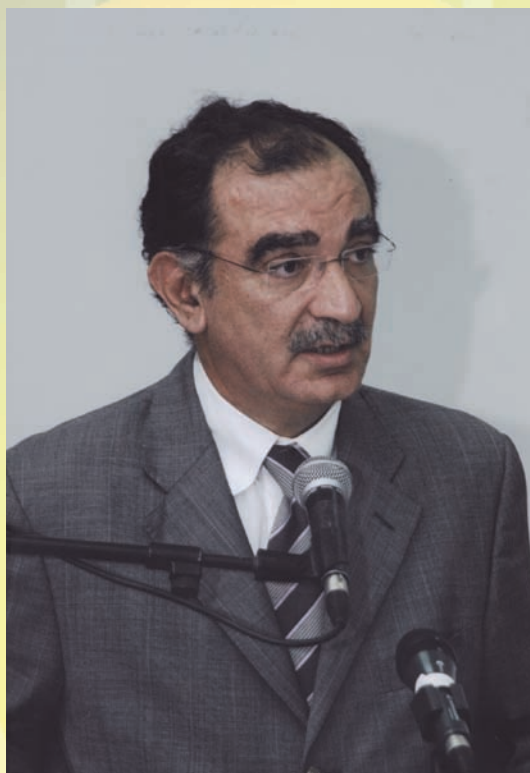
Como vemos o papel dos actores locais e a sua intervenção no domínio das políticas sociais e das políticas de protecção?

Há uma necessidade imperiosa de atribuir às comunidades locais um maior peso e uma maior capacidade de controlar o seu destino. Ou seja, é preciso que as próprias comunidades – sejam

elas autarquias locais, organizações de cidadãos a nível local ou famílias – assumam melhor controlo do seu propósito. Só assim se aprofundam os mecanismos da democracia e da participação colectiva das populações, naquilo que é o seu destino.

### 3º. O Governo

É hoje indispensável que cada país seja capaz de assegurar os seus recursos e as suas opções políticas, ou seja, torna-se cada vez mais necessário maior rigor na aplicação dos recursos e grande transparência na forma como esses recursos são utilizados.





# Globalizado – Protecção Social para Todos

A única forma de assegurar que o benefício colectivo inerente à Globalização se traduz em benefícios directos às populações e a cada um dos cidadãos é garantir que cada país tenha um rosto nacional, local e, sobretudo, que a globalização tenha um rosto dos próprios cidadãos.

Através de que princípios se consegue assegurar esta identidade? Através de 3 princípios básicos fundamentais na intervenção:

A acção centrada nas pessoas – a acção política tem de centrar-se naquilo que são os interesses e as aspirações dos cidadãos, considerados individualmente como sujeitos de direitos, no respeito pelos seus direitos, pelas identidades culturais e pela igualdade de género.

A acção política tem de ser, assim, uma acção orientada para o reforço da coesão, para o combate às desigualdades, particularmente no que se refere à distribuição dos rendimentos.

O Estado promotor de desenvolvimento social e económico – este princípio remete-nos para a questão da sustentabilidade dos sistemas de protecção social: os sistemas de protecção são pilares sociais com repercussões financeiras e não podem ser entendidos como questões financeiras com repercussões sociais. O que aparentemente parece ser um jogo de palavras pode fazer toda a diferença na definição do eixo principal da intervenção: está em assegurar a sustentabilidade social dos sistemas ou assegurar a sustentabilidade financeira? Obviamente, não pode haver sustentabilidade social se não houver sustentabilidade financeira.

Os países mais desenvolvidos, nomeadamente os países do norte da Europa, por exemplo, têm melhor protecção social porque são mais competitivos e mais produtivos? O governo português tem vindo a avançar nesta

linha de produzir mais e melhores respostas sociais. Isto significa entender que o país é mais competitivo e produtivo se as suas comunidades se sentirem seguras e mais protegidas em relação a eventualidades.

Esta perspectiva é fundamental para o modo como entendemos a Segurança Social e os sistemas de protecção, enquanto factores produtivos capazes de serem o próprio promotor de desenvolvimento económico. Ou seja, os Estados têm de ser capazes de desenvolver e de produzir soluções e estímulos na perspectiva da segurança, não apenas do ponto de vista económico, mas, e sobretudo, com a segurança que tem a ver com as questões sociais.

O fenómeno dos fluxos migratórios – as pessoas procuram, fora do país de origem, melhores oportunidades e melhores formas de organizar a sua vida. Por esta razão, todos os Estados têm de estar mais atentos, têm de criar entre si mecanismos de permuta, de troca, que permitam sobretudo acautelar os direitos e interesses dos seus cidadãos, seja em que circunstâncias estejam na sua relação com outros países. Um exemplo disto é o Acordo Administrativo para aplicação da Convenção da

Segurança Social celebrado entre Portugal e Cabo Verde.

Temos de assegurar que esta globalização tenha um rosto solidário e seja entendida de forma a podermos trocar e ajudar-nos mutuamente, neste esforço de crescimento e desenvolvimento. Se não o fizermos, corremos o risco de aprofundarmos as desigualdades e perdemos, com isto, as oportunidades de acrescentar bem-estar aos nossos povos e cidadãos.

Mas desenvolver formas solidárias, transparentes e eficazes de governação, seja ao nível nacional ou local, implica chamar para este esforço conjunto todos os ac-



***Todos os Estados têm de estar mais atentos, têm de criar entre si mecanismos de permuta, de troca, que permitam sobretudo acautelar os direitos e interesses dos seus cidadãos, seja em que circunstâncias estejam na sua relação com outros países. Um exemplo disto é o Acordo Administrativo para aplicação da Convenção da Segurança Social celebrado entre Portugal e Cabo Verde***

# Segurança Social: Novas Políticas no Mundo

→ tores com relevância nesta matéria. Isto significa um reforço muito grande da componente do diálogo social e um reforço no entendimento de que o diálogo é essencial para as reformas sérias dos sistemas de protecção. Mas o diálogo social não pode ser confundido com a participação a todos os níveis na gestão. Falamos de um diálogo social, no sentido de sermos capazes de criar instâncias onde verdadeiramente se procuram consensos, pontos de contacto e de comunhão ainda que, em algumas circunstâncias, as soluções adoptadas possam não ser as mais populares ou as que mais agradariam às populações.

## Direitos sociais e os direitos dos cidadãos

Esta questão dos direitos é hoje uma questão central. Eles assumem particular relevância no domínio da Segurança Social, que deve ser entendida como uma parte essencial do próprio processo de desenvolvimento humano e social das comunidades. Isto pode fazer toda a diferença, quando se trata de fazer opções sobre o papel do Estado nestes domínios. Que tipo de Segurança Social queremos? Queremos uma Segurança Social privada, em que cada um trata de si, ou queremos uma Segurança Social que garanta a todos os cidadãos condições de igualdade no acesso à protecção, sempre que, por qualquer razão, se encontrem mais vulneráveis?

Ao Estado cabe aqui um papel primordial e insubstituível de assegurar direitos e o acesso em boas condições de equidade e igualdade a todos os cidadãos, especialmente naquilo que são os mecanismos de protecção nas eventualidades. Apesar disto, o papel de cada um dos actores nem sempre está suficientemente definido com clareza. O que é que cabe ao Estado? O que é que cabe aos privados? O que é que cabe à sociedade civil organizada?

O que é que cabe ao poder local, para que não haja, do ponto de vista das responsabilidades de cada um, dúvidas sobre as responsabilidades de cada protagonista?

Neste domínio da Segurança Social, o Estado não pode fugir das responsabilidades que são colectivas e solidárias. Esta é a única forma de assegurar que esta solidariedade nacional e entre gerações seja de facto exercida em benefício de quem mais precisa e dos mais vulneráveis.

Os níveis de intervenção da Segurança Social vão desde a dimensão seguro, resultado de uma relação contributiva do sistema (são os casos típicos das pensões, subsídio de doença e de desemprego, por exemplo), até

à dimensão social, que resulta do apoio aos mais vulneráveis. Por exemplo, através das prestações familiares, que procuram cobrir encargos adicionais para as famílias, pela existência de uma pessoa dependente ou com deficiência, onde se entende que o financiamento não deve ser de natureza contributiva, mas que resulta de uma participação e compromisso colectivos.

Outros exemplos de intervenções sociais de natureza diferente das anteriormente apontadas são o complemento solidário para idosos, lançado em Portugal em 2006, e o rendimento social de inserção, prestações sujeitas a condição de recursos.

Queremos com isto afirmar que a comunidade no seu conjunto e não apenas os contribuintes, estão disponíveis e sentem-se responsáveis por um apoio adicional a cidadãos que estejam naquelas condições e que reúnam os requisitos necessários.

É esta integração que pode dar toda a coerência ao sistema. As três dimensões da protecção, designadamente a protecção seguro, a protecção de cidadania e a protecção no combate à pobreza, devem ser integradas no mesmo esforço colectivo, devendo a organização do sistema de Segurança Social dar resposta a estes desafios, no seu conjunto.

***Ao Estado cabe aqui um papel primordial e insubstituível de assegurar direitos e o acesso em boas condições de equidade e igualdade a todos os cidadãos, especialmente naquilo que são os mecanismos de protecção nas eventualidades. Apesar disto, o papel de cada um dos actores nem sempre está suficientemente definido com clareza***



# Globalizado – Protecção Social para Todos

Ainda no domínio dos direitos, existem três aspectos importantes que têm repercussão directa no modo como as instituições públicas se organizam para tornar os direitos acessíveis e efectivos aos cidadãos:

a) O modo como se declara ou se estrutura o direito - não basta afirmar os direitos, o princípio do direito no desenvolvimento das políticas sociais. É preciso que a estrutura deste direito ou a sua forma seja levada em conta e é preciso conhecer a realidade dos cidadãos ou dos sujeitos principais destes direitos.

b) O processo e os procedimentos para aplicação efectiva dos direitos - se o processo de acesso aos direitos ou para a sua aplicação for complexo e confuso, torna-se quase impossível aceder a esses mesmos direitos, pelo que tê-los ou não acaba por ser exactamente a mesma coisa. Existe, assim, uma condição no exercício da construção deste tipo de direitos que resulta ou que está dependente da forma como somos capazes de construir os processos que permitem a sua aplicação efectiva.

c) As capacidades e recursos de que o próprio sujeito detentor desse direito ou os seus titulares potenciais dispõem. Na construção de um direito, é levada em conta, para o acesso a determinados direitos, a condição em que a pessoa se encontra no momento e os recursos de que ela dispõe.

Decorre, neste momento, uma discussão muito relevante na agenda política em Portugal que tem a ver com a mudança de alguns paradigmas que dizem respeito ao modelo da Segurança Social. Trata-se da mudança na forma como se organiza a Segurança Social, traduzindo-se numa maior proximidade e acessibilidade aos cidadãos.

Há quem diga que hoje, em Portugal, se está a contrair a capacidade de protecção do sistema. Mas aquilo a que se está a assistir é, pelo contrário, a uma adaptação do sistema para que a capacidade de protecção se mantenha

intacta. Alguns exemplos ilustram de forma mais clara as adaptações referenciadas:

Ex.1 - quando se alteraram as regras do subsídio do desemprego, tornando-as mais rígidas nalguns aspectos, mas alargando a protecção, privilegiando as carreiras contributivas mais longas, o sinal que está a ser dado é o de proteger mais quem precisa de mais protecção.

Ex.2 - reformas das pensões. O regime das pensões encontra-se num processo de reforma muito substancial, muito profundo e muito exigente em alguns aspectos pois o que se procura fazer não é restringir o direito à protecção na velhice, mas, sim, assegurar que o direito à protecção na velhice se mantenha como uma pedra basilar no sistema de protecção social

Ex.3 - ao nível do subsídio de doença, é hoje obrigatoriamente chamada para uma junta e verificação médica qualquer pessoa que esteja de baixa e a receber o subsídio de doença há mais de 30 dias. O que significa dizer que, para além deste reforço da fiscalização, também vai ser



reforçada a criminalização dos comportamentos que têm a ver com a fraude prestacional. É preciso que as pessoas percebam que prevaricar não compensa e que prevaricar é fugir da obrigação essencial para o funcionamento do próprio estado democrático.

Para concluir, quando falamos destas novas políticas no mundo globalizado, tendo em vista alguns princípios relacionados com a consagração dos direitos, está a falar-se de um modelo que visa assegurar que o sistema de protecção social seja um sistema para todos, para todos os que precisam, de acordo com as circunstâncias em que se encontram e que seja social e financeiramente sustentável.

O testemunho que vos deixo tem assim por base o novo modelo que Portugal está a adoptar, quer ao nível

## ALGUNS INDICADORES DO I TRIMESTRE 2008

Rúbricas	I Trimestre 2008						
	Regime Geral				RAAPC	RAAPL	Total
	RSZS	CRN	SAL	Soma			
Doença e Maternidade	143.364	50.446	21.979	215.789	28.069	0	243.858
Prestações pecuniárias	12.303	4.629	5.437	22.369	0	0	22.369
Subsídio de doença	8.919	3.489	3.824	16.232	0	0	16.232
Subsídio de maternidade/Paternidade/Adopção	3.384	1.140	1.613	6.137	0	0	6.137
Prestações em espécie	131.061	45.817	16.542	193.420	28.069	0	221.489
Assistência médica e hospitalar	56.577	5.173	2.454	64.204	4.074	0	68.278
Assistência medicamentosa	46.298	27.582	8.872	82.752	12.870	0	95.622
Apar. prót., ortop. out. disposit. compensação	7.251	3.855	1.105	12.211	3.203	0	15.414
Despesas de transporte e estadia	20.935	9.207	4.111	34.253	7.922	0	42.175
Despesas convencionais	0	0	0	0	0	0	0
Prestações Diferidas (pensões)	91.831	103.748	24.138	219.717	0	0	219.717
Pensões de velhice	34.698	48.265	9.824	92.787	0	0	92.787
Pensões de invalidez	40.702	42.948	10.503	94.153	0	0	94.153
Pensões de sobrevivência	15.289	12.535	3.811	31.635	0	0	31.635
Pensões provisórias	0	0	0	0	0	0	0
Pensões complementares	1.142	0	0	1.142	0	0	1.142
Abono de Família e Prest. Complementares	26.009	5.990	6.378	38.377	20	0	38.397
Abono de família	23.951	5.185	5.927	35.063	0	0	35.063
Subsídio de aleitação	1.186	192	343	1.721	0	0	1.721
Subsídio por deficiência	211	173	13	397	20	0	417
Subsídio de funeral	661	440	95	1.196	0	0	1.196
Despesas Administrativas	75.773	4.042	1.025	81.744	0	0	81.744
Contribuições	538.226	268.297	194.846	1.001.369	206.236	0	1.207.605





**INPS**

**No Processo de Modernização  
Para Melhor Servir**



protegend  
o  
Hoje  
e  
Sempre

# A Garantia da sua protecção

- Maternidade
- Paternidade
- Adopção
- Doença
- Velhice
- Invalidez
- Morte
- Encargos Familiares



Praia (Sede): Avenida Amílcar Cabral n.º 65, C.P. 372 - Tel. 260 91 00 / Fax 261 32 66

S. Vicente: C.P. 393 - Tel. 230 36 00 / Fax: 232 12 77 \* Sal: C.P. 101 - Tel. 241 12 86 / Fax: 241 17 72